

*Coleção
Geledés no Sistema
Internacional*

10

O PAPEL DO FINANCIAMENTO
PARA O DESENVOLVIMENTO NO
EMPODERAMENTO DAS MULHERES



**“O PAPEL DO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NO
EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES”**

AGOSTO 2025

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



O PAPEL DO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NO EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES

G316

O papel do financiamento para o desenvolvimento no empoderamento econômico das mulheres / coordenação: Sueli Carneiro. - São Paulo : Geledés, 2026.

30 p.-- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.10)

ISBN: 978-85-62750-36-6

1. Empoderamento econômico - Mulheres. 2. Economia. 3. Desigualdade de gênero. 4. Direitos humanos. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

Índices para catálogo sistemático:

1. Inclusão econômica: Economia: Desenvolvimento econômico e social 305.896

Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-36-6



SUMÁRIO

07

INTRODUÇÃO

09

APRESENTAÇÃO

15

PARTICIPANTES DO EVENTO

17

ÍNTEGRA DAS FALAS

INTRODUÇÃO

Este décimo volume da série dá continuidade à coleção iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, publicada em 2021 pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Volume após volume, reforçamos o propósito de converter conhecimento, prática militante e articulação coletiva em estratégias de incidência política. Este volume resulta do evento paralelo realizado em julho de 2025, durante o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) das Nações Unidas, em Nova York, e mergulha no tema central: como o financiamento para o desenvolvimento pode se tornar um instrumento real de empoderamento econômico para as mulheres, em especial mulheres afrodescendentes, indígenas e outras historicamente marginalizadas do Sul Global.

As falas reunidas neste encontro expõem as barreiras sistêmicas que limitam o acesso das mulheres ao crédito, à terra, à educação, ao trabalho decente e às políticas públicas. Ficou evidente que os modelos econômicos e financeiros vigentes seguem reproduzindo desigualdades forjadas por legados coloniais, patriarcais e racistas, enquanto lucram com a exclusão de corpos e territórios vulnerabilizados. Foram apresentadas críticas contundentes à ideia de “empoderamento econômico” descolado da justiça social: não basta incluir mulheres em sistemas excludentes; é preciso transformar as estruturas que as mantêm na periferia econômica.

Em conjunto, as propostas apresentadas durante o evento apontaram para caminhos claros e radicais: a necessidade de financiamento intencionalmente redistributivo, que priorize as mulheres mais impactadas pela pobreza e pelas múltiplas discriminações, inclusive com mecanismos diretos, de longo prazo e flexíveis, que cheguem a organizações de base e movimentos feministas; a centralidade da economia do cuidado, com investimentos robustos em serviços públicos, infraestrutura social e políticas que formalizem e valorizem o trabalho historicamente invisibilizado das mulheres, criando emprego e renda para comunidades inteiras; o compromisso com justiça reparatória que integre raça, gênero, território e diversidade sexual como eixos estruturantes do financiamento, e garantindo produção de dados desagregados para orientar e monitorar políticas eficazes. Por fim, a defesa de uma nova arquitetura financeira, que incorpore transparência, participação social, soberania das comunidades e reestruturação de dívidas para liberar recursos para políticas sociais, ao invés de perpetuar a dependência do Sul Global.

O consenso que emerge destas vozes é inequívoco: não há empoderamento econômico sem redistribuição, reparação e transformação estrutural. Incluir mulheres afrodescendentes, indígenas, migrantes e periféricas em sistemas que permanecem excludentes não é suficiente; é preciso criar novas mesas, novas regras e novas prioridades de investimento que partam das margens para o centro.

A justiça econômica para as mulheres negras e racializadas é o caminho para uma transformação social duradoura, e o levante global das vozes antes silenciadas é irreversível.

Sueli Carneiro

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

Geledés – Instituto da Mulher Negra

APRESENTAÇÃO

Em evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) da ONU, Geledés – Instituto da Mulher Negra reuniu no dia 15 de julho de 2025, em Nova York, lideranças globais para avaliar, como o nome do encontro já propõe, “O papel do financiamento para o desenvolvimento no empoderamento econômico das mulheres”.

Mediado por Renata Juliotti, representante de Geledés e secretária do Stakeholder Group de Afrodescendentes da ONU, o evento contou com a participação do ministro José Gilberto Scandiucci, diplomata da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas; Patrícia Cortés, representante da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe; Rashima Kwatra, copresidente do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil (MGOS) dos Major Groups e Stakeholder Groups e assessora sênior de incidência internacional da RFSL – Federação Sueca pelos Direitos LGBTQIA+; Carl Murrell, representante da Comunidade Bahá’í dos Estados Unidos na ONU; e Letícia Leobet, assessora internacional de Geledés e copresidente do Stakeholder Group de Afrodescendentes da ONU.

O evento aconteceu em momento estratégico da agenda global, no qual a comunidade internacional realiza a revisão de meio termo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A intersecção entre esses objetivos revela lacunas estruturais nos modelos atuais de desenvolvimento, que seguem falhando em garantir acesso equitativo a oportunidades econômicas para mulheres – em especial mulheres afrodescendentes, indígenas e de outros grupos marginalizados do Sul Global.

Neste contexto, o financiamento para o desenvolvimento exerce papel central na definição da arquitetura da inclusão econômica, mas os marcos predominantes frequentemente reproduzem desigualdades históricas, desconsiderando as barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres, em especial das mulheres afrodescendentes, ao crédito, ao emprego, à educação e à terra.

À medida em que o Brasil assume o papel de liderança no G20 e nos BRICS, torna-se ainda mais urgente alinhar essas estratégias de financiamento aos princípios do desenvolvimento inclusivo, interseccional e sustentável, com uma abordagem urgente para as questões de gênero e raça no intuito de alcançar a Agenda 2030, enfrentando as desigualdades interseccionais.

Logo na abertura, Renata Juliotti questionou: “Estamos no ponto intermediário da Agenda 2030. É hora de olhar criticamente para os modelos de desenvolvimento que adotamos e perguntar: eles realmente servem às mulheres mais marginalizadas?”. E indicou o caminho: “o evento nos convida a ir além da retórica — a reinventar sistemas financeiros que realmente promovam justiça, equidade e inclusão.”

Leticia Leobet reforçou a ideia de que não se trata apenas de distribuição de recursos, mas apontou a necessidade de transformar estruturas. “O financiamento para o desenvolvimento pode ser uma ferramenta poderosa rumo à transformação se for intencionalmente desenhado para dismantelar as desigualdades e redistribuir recursos”, afirmou. Em seu depoimento, Leobet denunciou como as mulheres afrodescendentes seguem sistematicamente sendo excluídas do acesso ao crédito, à terra, à educação e às políticas públicas.

A criação do Stakeholder Group de Afrodescendentes da ONU, segundo ela, foi uma resposta a esse cenário. “Trata-se de um espaço político seguro e estratégico de resistência, construído para promover mudanças estruturais e avançar na implementação de compromissos globais — incluindo aqueles firmados no Compromisso de Sevilha durante a FfD4¹”, afirmou.

Quanto ao Compromisso de Sevilha, Leobet destacou que este “reafirmou, entre outras prioridades, a necessidade de financiamentos inclusivos e redistributivos, além da produção de dados desagregados por raça, gênero e território. Isso não são tecnicidades — são exigências políticas que tornam possível transformar o discurso em ação.”

Patrícia Cortés, da ONU Mulheres para América Latina e Caribe, foi na mesma direção, ao sublinhar que a presença ativa da sociedade civil em espaços multilaterais é uma forma de resistência política e construção de agendas mais inclusivas. “É muito importante que tragam suas próprias vozes, com sua própria representação, e que defendam suas próprias agendas”, disse.

Cortés ecoou a mensagem de Maria-Noel Vaeza, diretora-regional da ONU Mulheres, que, mesmo ausente, reforçou o apoio institucional ao protagonismo das mulheres em todas as frentes de negociação. “A convocação é para pensarmos sobre a igualdade de gênero e no ODS 5 e no ODS 8, sobre empoderamento e desemprego, pois sabemos que esses dois ODSs estão intrinsecamente ligados, porém, entre eles há desigualdades possíveis”. A combinação entre acesso ao financiamento e oportunidades de emprego é vista como motor de transformação, especialmente quando articulada à economia do cuidado.

A representante da ONU Mulheres trouxe números alarmantes que reforçam a urgência de investimentos redistributivos. De acordo com Cortés, as afrodescendentes na América Latina recebem, em média, 39% menos que os homens brancos. Globalmente, apenas 20% das propriedades de terra estão em nome de mulheres. Agricultoras africanas, que sustentam comunidades inteiras, acessam menos de 5% do crédito agrícola disponível.

1

A Quarta Conferência para Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, sob os auspícios da ONU

Como exemplo de possíveis soluções, Cortés destacou experiências inovadoras como o projeto “Quarteirões de Cuidado” de Bogotá, onde lavanderias públicas foram criadas para liberar o tempo das mulheres que trabalham na economia do cuidado. “Cuidar de nossas cuidadoras é uma parte crítica de um sistema financeiro feminista, porque se somos capazes de oferecer serviços às mulheres, então, ao invés de investir 10 horas fazendo a lavanderia em casa, por que não prover uma lavanderia pública?”, questionou. Segundo ela, apoiar sistemas públicos de cuidado não apenas gera empregos como também formaliza e valoriza esse trabalho historicamente invisibilizado.

Ela lembrou, inclusive, que foram justamente essas mulheres periféricas as primeiras a responder às crises sanitárias em suas comunidades durante a epidemia de Covid – mesmo sem reconhecimento, remuneração ou proteção. Para mudar essa lógica, Cortés propõe a adoção de mecanismos diretos, de longo prazo e flexíveis, para oferecer crédito, contratos e apoio técnico às afrodescendentes e indígenas.

Encerrou dizendo que o exemplo emblemático para o mundo inteiro é o Comitê de Buenos Aires², que basicamente coloca todos esses aspectos do financiamento feminista para o desenvolvimento sustentável como um resultado intergovernamental.

Em um mundo em que a desigualdade econômica se entrelaça com estruturas coloniais, patriarcais e racistas, o discurso sobre “empoderamento econômico” precisa ir além da retórica. Essa foi a principal mensagem de Rashima Kwatra. “Sou migrante, lésbica, e uma ³ descendente dos punjabis, nascida na Tailândia. Trago comigo não apenas minhas identidades, mas as responsabilidades das marginalidades que represento”, afirmou.

Ao longo de seu discurso, Kwatra expôs como o atual sistema econômico global não apenas ignora essas múltiplas intersecções – entre raça, gênero, sexualidade e migração – como também lucra com a exclusão de corpos como o dela. “Quando falamos sobre empoderamento econômico, vamos falar sobre reparações, e não resiliência, sobre redistribuição e não caridade, sobre mudança estrutural e não inclusão simbólica, sobre soberania sobre nosso trabalho, nossos corpos, nosso tempo e nossos territórios.”

Segundo a copresidentado MGOS, o termo “empoderamento econômico” muitas vezes é esvaziado de seu potencial transformador, sendo reduzido aos programas de capacitação ou às microfinanças. “Estamos aqui para falar de empoderamento econômico, mas, comumente, esse termo é aberto a seu potencial radical. Ele se dirige a microcrédito ou programas de treinamento, sobre a inclusão em economias que nunca foram construídas por pessoas como eu ou como nós que estamos aqui nesta mesa”.

² *Comitê de Buenos Aires: refere-se à participação da ONU Mulheres na XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Buenos Aires, Argentina, entre 7 e 11 de novembro de 2022. Este evento, liderado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é o principal fórum intergovernamental regional das Nações Unidas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. A conferência abordou temas como a sociedade do cuidado e a igualdade de gênero, com foco na divisão sexual do trabalho.

³ A expressão em inglês “” indica uma mulher não branca, pertencente a grupos racializados que sofrem ou podem sofrer discriminação racial. É preferida em debates acadêmicos e institucionais internacionais e não deve ser traduzida literalmente para o português, onde “mulher de cor” possui uso socialmente problemático.

Kwatra destacou que a verdadeira justiça econômica exige reconhecimento, redistribuição e reparações. “Essa justiça requer reconhecimento em relação ao poder, à propriedade, à redistribuição de renda e às reparações. Nossa ordem econômica global é construída em meio à fraude colonial, ao capitalismo racial e à extração patriarcal. Ela é sustentada através da militarização, desapropriação de terras e destruição climática, forças que deslocam e empobrecem as mulheres racializadas e as pessoas de gêneros diversos em maiores proporções.”

Apesar dessas contradições, Kwatra apontou avanços na criação de políticas antidiscriminatórias em seu país que garantem acesso à educação, trabalho e proteção à população LGBTQIA+.


Ao abordar o papel dos governos e das instituições multilaterais no empoderamento das mulheres, o ministro José Gilberto Scandiucci reconheceu a mudança de paradigma na forma como a ONU e seus Estados-membros abordam atualmente o desenvolvimento. “Quando comecei minha carreira, há 25 anos, não havia essa pressão da sociedade civil em relação às temáticas de gênero, raça ou até mesmo clima.”

Scandiucci fez um resgate histórico das limitações das negociações multilaterais, marcadas por uma visão compartimentalizada entre paz, direitos humanos e desenvolvimento. “Às vezes também é difícil para nós, porque temos que explicar o quão complicadas são as negociações multilaterais. Não é possível assumir que se houver algumas orientações, elas constarão automaticamente na declaração final.”

O ministro trouxe dados impactantes para reforçar a necessidade de políticas interseccionais. “Calcula-se que apesar de a força de trabalho nas áreas rurais ser de 26,2% do total global, apenas 15% dos proprietários de terras no mundo são mulheres. E dizem que se as mulheres tivessem o mesmo acesso à terra do que os homens, haveria um aumento na produção de alimentos entre 20% a 30%, retirando talvez 150 milhões de pessoas da pobreza, da fome. Ou seja, é essa a interconexão que se faz.”

Scandiucci também fez menção ao recém-criado Plano Nacional do Cuidado, com linhas de crédito voltadas às mulheres. “No Brasil, acabamos de lançar um plano nacional para o trabalho de cuidado, e como representante do governo brasileiro, tenho que dizer que acredito que estamos tentando lidar com esses problemas”, afirmou.

Carl Murrell trouxe ao debate uma dimensão por vezes negligenciada: o poder da ação local e o protagonismo das comunidades na construção da igualdade. Ele relatou uma experiência vivida em uma escola de um vilarejo, onde homens e mulheres foram convidados a listar suas tarefas diárias em uma lousa. “As mulheres escreveram tanto que ultrapassaram a borda do quadro, enquanto que os homens pediram mais de tempo para que pudessem pensar e escrever um pouco mais. Ou seja, eles nunca haviam refletido sobre essa diferença.”



Para Murrell, o desafio não está apenas em transferir recursos ou impor políticas, mas em criar condições para que as comunidades exerçam o poder de tomada de decisões e se reconheçam como agentes de mudança. “Temos que deixá-las tomarem as decisões sozinhas e, desta forma, podemos apoiá-las. Se não conseguirem tomar decisões por si próprias, aí sim precisamos ajudá-las a se tornarem capazes de fazer isso”, afirma.

Entre as transformações vislumbradas, o que faz a amálgama entre os discursos de Leobet, Cortés, Kwatra, Scandiucci e Murrell é a consciência de que o empoderamento econômico, para ser verdadeiro, precisa edificar novas estruturas. Ou seja, se a ONU e seus Estados-membros realmente desejarem “não deixar ninguém para trás”, como propõe a Agenda 2030, terão que abandonar a lógica da inclusão simbólica e investir em transformações estruturais, lideradas e alicerçadas pelas comunidades mais impactadas. Isso exige escuta, coragem e, sobretudo, um compromisso político com a justiça racial e de gênero.

PARTICIPANTES DO EVENTO “FORTALECENDO O PAPEL DOS MAJOR GROUPS E OUTROS STAKEHOLDERS NO COMBATE AO RACISMO GLOBAL”:

Ministro José Gilberto Scandiucci

Diplomata da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, com atuação destacada nas agendas de financiamento para o desenvolvimento, direitos humanos e cooperação internacional no âmbito multilateral.

Patrícia Cortés

Representante da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe, atua na promoção da igualdade de gênero e nos direitos das mulheres na região, com foco em políticas públicas e cooperação internacional.

Rashima Kwatra

Copresidenta do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil (MGOS) dos Major Groups e Stakeholder Groups e assessora sênior de Incidência Internacional da RFSL – Federação Sueca pelos Direitos LGBTQIA+. É advogada, ativista e defensora dos direitos das populações marginalizadas no Sul Global.

Carl Murrell

Representante da Comunidade Bahá'í dos Estados Unidos na ONU, atua na defesa dos direitos humanos, da justiça racial e do desenvolvimento centrado nas comunidades, com ênfase em valores espirituais e transformação social.

Letícia Leobet

Assessora Internacional do Geledés – Instituto da Mulher Negra e copresidenta do Stakeholder Group de Afrodescendentes, mecanismo reconhecido pelo ECOSOC para participação da sociedade civil nas Nações Unidas.

Renata Juliotti

Representante de Geledés e secretária do Stakeholder Group de Afrodescendentes da ONU.

SEGUE ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DOS PARTICIPANTES:

RENATA JULIOTTI



”

Ao nos reunirmos aqui, no ponto intermediário da Agenda 2030, é essencial refletirmos criticamente sobre como nossos modelos de desenvolvimento estão – ou não estão – respondendo às necessidades urgentes das mulheres, especialmente daquelas mais impactadas por formas interseccionais de marginalização, como afrodescendentes, indígenas e do Sul Global.

O evento de hoje, coorganizado por Geledés – Instituto da Mulher Negra, ONU Mulheres e a Missão Permanente do Brasil junto à ONU, nos convida a ir além da retórica – a reinventar sistemas financeiros que realmente promovam justiça, equidade e inclusão.

Estamos focando nos ODS 5 e 8 – Igualdade de Gênero e Trabalho Decente e Crescimento Econômico – mas é fundamental fazê-lo interrogando as injustiças estruturais dos sistemas financeiros moldados por legados coloniais, racismo e degradação ambiental. Transformar o financiamento para o desenvolvimento exige, simultaneamente, centrar a interseccionalidade e desmontar as barreiras sistêmicas.

Temos a honra de contar com um painel de especialistas que trazem perspectivas globais, regionais, institucionais e de base para esta conversa. Para dar início, convido cada uma das nossas convidadas a refletir sobre a seguinte pergunta norteadora:

“Como o financiamento para o desenvolvimento pode se tornar uma ferramenta de justiça transformadora e de empoderamento econômico para todas as mulheres – especialmente aquelas historicamente excluídas dos sistemas econômicos?”



”

LETÍCIA LEOBET

É uma grande honra estar aqui como assessora internacional do Geledés – Instituto da Mulher Negra e copresidente do recém-criado Stakeholder Group de Afrodescendentes. Trago comigo as vozes de mulheres que, há séculos, sustentam as bases de nossas economias sem jamais receber o devido reconhecimento, investimento ou acesso às decisões que moldam suas vidas.

Ao nos reunirmos aqui no Fórum Político de Alto Nível, é preciso sermos claras: o financiamento ao desenvolvimento não cumprirá sua promessa se não se tornar um instrumento de justiça racial, de gênero e territorial.


Em Geledés, denunciamos de forma contínua como os sistemas financeiros globais – moldados pelo colonialismo, racismo, sexismo e neoliberalismo – continuam a excluir mulheres afrodescendentes do acesso ao crédito, à terra, à educação e às oportunidades. Seja nas compras públicas, no financiamento climático ou na política tributária, a verdade é que os recursos não estão chegando a quem mais precisa. E é isso que viemos mudar.

Por isso apoiamos integralmente a criação e o reconhecimento oficial do Stakeholder Group de Afrodescendentes no âmbito do ECOSOC – um novo mecanismo que garante à sociedade civil afrodescendente não apenas o direito de participar, mas também de influenciar decisões dentro do sistema das Nações Unidas. Trata-se de um espaço político seguro e estratégico de resistência, construído para promover mudanças estruturais e avançar na implementação de compromissos globais – incluindo aqueles firmados no Compromisso de Sevilha durante a FfD4.

O Compromisso de Sevilha reafirmou, entre outras prioridades, a necessidade de financiamentos inclusivos e redistributivos, além da produção de dados desagregados por raça, gênero e território. Isso não são technicalidades – são exigências políticas que tornam possível transformar o discurso em ação.

De Sevilha a Nova York, temos afirmado que os ODS 5 e ODS 8 não serão alcançados sem enfrentar a desigualdade racial como uma estrutura global. É urgente que a comunidade internacional reconheça que o racismo não é uma questão doméstica; é um sistema transnacional que deve ser combatido em todas as agendas de financiamento e desenvolvimento.

No Brasil e em todo o Sul Global, mulheres negras e indígenas estão na linha de frente das economias comunitárias, da adaptação climática, do trabalho de cuidado e da inovação local. E, ainda assim, continuam subfinanciadas e invisibilizadas. É urgente que os bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento adotem mecanismos diretos, de longo prazo e flexíveis para oferecer crédito e



instrumentos de financiamento que apoiem essas mulheres – e que se estabeleçam indicadores sensíveis à raça e ao gênero para monitorar os fluxos financeiros.

Sejamos claras: não há reforma possível da arquitetura financeira global nem transição econômica justa sem justiça racial. E não há justiça racial sem investimento reparatório nas comunidades historicamente exploradas.

Em Geledés, seguimos profundamente comprometidas com essa luta – ao lado de nossas parceiras regionais, dos movimentos feministas e das instituições dispostas a transformar equidade em realidade concreta. O futuro do financiamento ao desenvolvimento depende de nossa capacidade de ouvir quem historicamente foi silenciado – e de financiar quem sistematicamente foi excluído.



PATRÍCIA CORTES

É uma oportunidade importante para agregarmos-nos à sociedade civil. Nós, da ONU Mulheres, estamos muito comprometidas com as vozes, não apenas com o trabalho de incidência que fazemos, mas também com o trabalho de incidência que elas fazem através de seus governos, de suas comunidades, e o trabalho verdadeiro, para construir realidades um pouco melhor do que veem e recebem todos os dias. Portanto, é muito importante que tenham feito um esforço para vir à Nova York em um momento que este tipo de presença não é necessariamente a mais atrativa, a melhor remunerada.

Dito isso, precisamos estar presentes, e essa é a minha primeira resposta à sua pergunta. Como? Estando aqui, seguindo com a incidência e o engajamento em nível internacional, nacional e regional. Em nível nacional, isso não quer dizer apenas em relação à governança presidencial, mas em relação às comunidades, com seus altos representantes, seus diplomatas, porque quanto maior for o engajamento nos diálogos, mais relevante você se torna.

E esse é o ponto mais crítico, ter um assento na mesa de negociações é o passo mais importante. Sou uma mulher bastante convencida sobre a importância da autorrepresentação. Portanto, não adianta falar em nome de um grupo, se não permitir que outros falem em nome de seus grupos ou de feministas em nome de todos, porque esse todo não é necessariamente a voz mais inclusiva.

Temos que nos pronunciar sobre as realidades das indígenas. Nós, mulheres indígenas, temos que falar sobre a realidade das mulheres negras. As mulheres negras, que somos, temos que falar das realidades das comunidades LGBTQIA+. E se pertencermos à essa comunidade, temos que falar das jovens. Portanto, é muito importante que tragam suas próprias vozes, com sua própria representação, e que defendam suas próprias agendas, sem se importar com as comunidades que já temos ou com outros grupos de interesse que se alinham conosco. Essa é a minha primeira mensagem.

A minha segunda mensagem é sobre Maria-Noel Vaeza, nossa diretora regional para Américas e Caribe. Infelizmente, ela não pôde estar aqui hoje, em razão de outras prioridades, mas me pediu para vir e trazer sua voz de apoio a esse tipo de engajamento, a esse diálogo que se inicia hoje, revelando a importância da sociedade civil para o Fórum Político de Alto Nível e solicitando que continuem a trabalhar junto à ONU Mulheres, apoiando o bom trabalho de nossas colegas na sociedade civil e nas missões permanentes, de maneira a garantir esse tipo de engajamento na sociedade civil, trabalhando conjuntamente com as organizações internacionais e os Estados-membros, para seguirmos evoluindo, porque não há muito mais do que essa soma, que resulta na congruência de mulheres e vozes que fazem nosso coro muito mais sonoro e nossas mensagens muito mais fortes.

Basicamente, a convocação é para pensarmos sobre a igualdade de gênero e no ODS 5 e no ODS 8, sobre empoderamento e desemprego, pois sabemos que esses dois ODSs estão intrinsicamente interligados, porém, entre eles há desigualdades possíveis. Portanto, nas negociações, em 2013, 2014, falamos sobre a importância de levarmos a igualdade de gênero para os novos ODSs e a grande demanda era garantir que a igualdade de gênero fosse reconhecida não apenas como um propósito em si, mas como um propulsor da agenda de desenvolvimento sustentável. Se qualquer um dos objetivos permanecer isolado ou excluir 50% da população, não iremos chegar a lugar algum com os ODSs.

Por isso é tão importante que a igualdade de gênero seja incluída nessa conversa, uma vez que deva ser reconhecida e honrada não apenas como um objetivo em si, mas como um papel catalítico. E quando me refiro a esse papel catalítico, quero dizer que o acesso ao financiamento, ao emprego, às oportunidades de trabalho são todos críticos. Porque é isso que fazemos ao constituirmos diálogos.

Se você tem relações igualitárias em seu país, se é capaz de ser reconhecido em sua comunidade é porque você é um ator econômico, contribui para a riqueza, para o PIB nacional. E se você contribui para tudo isso, então você tem voz, tem o direito de ter essa voz e a sua voz importa. Por isso é tão importante trazer essas visões, que não são apenas sobre a igualdade de gênero em si, mas também sobre como o ODS 8 é um propulsor para o ODS 5. Essa combinação é tão poderosa que permite que a agenda dos ODSs avance rapidamente.

É o que chamamos, nós, mulheres, de aceleradores de igualdade de gênero no empenho econômico, e o cuidado é uma parte muito relevante disso. Em termos de desigualdade, os números são impressionantes. Estamos aqui falando sobre a importância de construirmos dados inclusivos, e do pouco que sabemos, estamos muito atrasados.

Sabemos que as mulheres afrodescendentes na América Latina ganham 39% menos do que homens brancos, e elas são sobrerrepresentadas na pobreza. Temos consciência sobre isso porque somos da América Latina, e enxergamos isso, mas precisamos de obter dados, porque eles são poderosos quando se trata de tomar decisões certas para alcançarmos determinados apoios.

Sabemos também que, globalmente, 20% dos proprietários de terras são mulheres, enquanto que as mulheres agricultoras na África recebem apenas 5% do crédito agrícola e 10% em serviços estacionários. E quem é o proprietário da terra? Na maior parte das vezes, as mulheres fazem o trabalho agrícola, um trabalho muito difícil hoje, chamado de não trabalho, porque não são remuneradas. Ou seja, esse é o problema e por isso também precisamos pensar na saúde como uma questão central.

Houve um debate, na semana passada, em Sevilha, em que a saúde foi reconhecida como um dos aspectos mais importantes em relação ao financiamento igualitário, para se alcançar a igualdade de gênero. As mulheres indígenas estão sobrerrepresentadas no trabalho informal, e elas são mais ou menos

como as mulheres não-indígenas que vivem na pobreza. Observamos isso todos os dias em nossas comunidades na América Latina e ao redor do mundo.

Este não é apenas um problema da América Latina, mas, ainda assim, elas não são reconhecidas e não têm assento nas mesas de negociações. E mesmo em suas próprias comunidades locais, não necessariamente estão nas melhores posições em termos de igualdade de gênero. Portanto, devemos fazer um árduo trabalho com as comunidades para que elas também se envolvam com os valores de igualdade de gênero, dentro do espectro de suas identidades, dentro de seus próprios arranjos étnicos e formas de vida.

Quando falamos em colonialismo, patriarcado, cultura masculina, falamos sobre essas desigualdades, e elas custam vidas. É por isso que temos problemas terríveis com o feminicídio, porque os homens não veem as mulheres como semelhantes.

Quando se trata de honradez, o feminicídio não é necessariamente algo problemático para alguns homens, e pode ser um problema de orgulho que os leva a cometer atos terríveis contra os direitos das mulheres, que afetam não somente essas mulheres, mas toda a comunidade. É uma vida perdida, mas uma vida que contribuiu grandemente para o desenvolvimento da cultura, da economia, da sociedade. Portanto, é algo que precisamos pensar quando falamos sobre financiamento: como interligar todos esses aspectos da desigualdade com os problemas de financiamento? E o que isso significa? Precisamos refletir sobre como o financiamento para o desenvolvimento é desenhado, distribuído e colocado em prática.

Não me refiro a um aspecto técnico, não é apenas aplicar uma fórmula e garantir que o financiamento seja feito tecnicamente, mas é muito mais um ato político. É por isso que trabalhamos tanto com a valorização responsiva de gênero. Isso significa estabelecer conversas com a sociedade civil, pesquisas inclusivas para sabermos quais são as necessidades para que então os financiadores possam responder às demandas de maneira a alcançarmos soluções.

Porque se as soluções forem neutras, podem até ser maravilhosas, elas se tornam totalmente inúteis. Temos visto isso na prática: as pessoas chegam com ideias maravilhosas, mas elas não são aplicáveis, ou são culturalmente desaprovadas, ou ainda não entendem o valor das ideias para o bem do planeta.

De certa forma, isso se torna uma enorme perda de oportunidade. Porque não é apenas uma perda de financiamento, mas é muito mais uma perda de oportunidade, porque deixa para trás a oportunidade de financiar toda uma comunidade. Nesse aspecto, as mulheres têm grande responsabilidade, porque são as líderes.

Uma vez que essas mulheres se engajam politicamente, emocionalmente, e até de forma filosófica, elas conseguem mudar toda a comunidade. Já vimos que quando as comunidades de base da juventude, da economia do cuidado, dentro da agenda de ação climática, se engajam, elas conseguem trazer soluções. Em um terremoto, por exemplo, as primeiras a responder são as comunidades de base.

Quando tivemos a epidemia de Covid, quando estávamos todos protegidos em nossas casas, escondidos atrás das paredes de nossas casas, elas andavam de porta em porta cuidando de pacientes, das doenças, das necessidades, garantindo que todos recebessem os itens sanitários. Mesmo que não tivéssemos presentes, essas pessoas asseguraram todos os itens sanitários necessários aos que precisavam se proteger e se manter em segurança em suas comunidades. Elas não se importavam em se expor, mas o faziam pelo bem da saúde de suas comunidades.

Temos uma enorme gratidão para com essas mulheres periféricas, para com essas organizações que nos protegeram a fim de que estivéssemos hoje aqui presentes. Isso é muito importante de ressaltar. Sendo assim, como podemos garantir que as finanças sejam feitas de forma inclusiva? Primeiramente, propomos expandir o uso do orçamento responsável por gênero em termos de alinhamento com as prioridades nacionais em relação aos direitos das mulheres e suas necessidades.

A outra questão é colocar urgência nesse desenvolvimento. Os países pobres continuam a arcar com responsabilidades enormes em relação às mortes. Restou pouco dinheiro para investimentos sociais.

A outra consideração é promover, algo que as mulheres e suas lideranças na América Latina já estão fazendo, investimentos em sistemas de cuidado. Porque se formos capazes em garantir investimentos em sistemas de cuidado, o que acontece? Geramos emprego. E em vez de termos pessoas na economia informal, teremos emprego em um sistema que formaliza o trabalho do cuidado, porque ele se valoriza como um meio de sobrevivência para a comunidade e se torna um aspecto fundamental da economia.

Uma vez feito isso, é gerado um rendimento à família, é gerada renda para a comunidade, e o trabalho dessas pessoas passa a ser reconhecido, além de serem levadas em consideração suas necessidades.

Portanto, talvez com um pouco de apoio, essas pessoas tenham oportunidades melhores para viverem suas vidas. É muito importante investir na economia do cuidado, na base de nossas habilidades, na base das finanças, em nível nacional e nas comunidades locais. O exemplo de Bogotá, dos espaços de cuidado, é muito interessante, porque lá entenderam que há comunidades em que a maioria das mulheres trabalha na economia do cuidado.

Elas são babás, cuidadoras. As babás vão cuidar dos filhos de outros, e quando voltam para casa têm que cuidar de seus próprios filhos. Elas precisam cozinhar, lavar roupa, organizar a casa, preparar o jantar para o dia seguinte. E quando vão para a cama, já é muito tarde, mas no dia seguinte, precisam acordar às quatro da manhã, e sair. Porém, antes precisam se certificar de que seus filhos estão prontos, e que tudo em casa está em ordem de maneira que possam deixar suas casas para continuar a cuidar dos outros.

Portanto, cuidar de nossas cuidadoras é uma parte crítica de um sistema financeiro feminista, porque se somos capazes de oferecer serviços às mulheres, ao invés de investir 10 horas fazendo a lavanderia em

casa, por que não oferecer uma lavanderia pública? Essa é uma das questões do programa de Bogotá. Não temos lavanderias públicas gratuitas voltadas às mulheres que estão na economia de cuidado. Isso reduziria as sete horas de trabalho para uma, duas, talvez.

No México, enquanto as mulheres, ou qualquer outra pessoa coloca as roupas para lavar, até que fiquem prontas, elas podem fazer um treinamento, podem ir ao clube, nadar, fazer academia e depois voltar, pegar as roupas e ir para casa. Pensar nesse tipo de solução é muito importante. E o mais importante ainda é financiá-la.

Por isso precisamos realmente pressionar para que o financiamento seja adotado. E demonstrar que os negócios estão aí. Porque o problema não é dinheiro, mas o acesso a ele. Temos pressionado muito para que sejam implementados projetos sensíveis a gênero e raça. Apenas nas finanças públicas, no sentido público da economia, existe esse processo de aquisição de bens e serviços.

Portanto, se priorizarmos que as mulheres sejam as primeiras a serem escolhidas nos serviços que oferecem, estaremos contribuindo para o empoderamento dessas mulheres e para a devida autonomia econômica.

Esse é basicamente o maior objetivo. Como garantir que ele aconteça? É preciso continuarmos a nos engajar, trabalhar conjuntamente, continuar a participar de todos os processos.

Estivemos em Sevilha, onde lançamos, refletindo precisamente sobre isso, dois planos de ação. Um deles está relacionado a ajudar na identificação de maneiras a implementar o Compromisso de Sevilha de uma perspectiva de igualdade de gênero. Ou seja, um dos planos de ação está relacionado a investimentos na economia indicada como prioridade. O outro é financiar a igualdade de gênero com uma parceria multi stakeholder para este tipo de ação.

Essa é uma iniciativa da Espanha e da ONU Mulheres que convoca uma ação coordenada e urgente em termos de financiamento. É uma maneira pela qual podemos nos engajar, com diferentes stakeholders, fazendo uma aliança global para a saúde. Promover a política feminista internacional é super importante, porque se conseguirmos fazer com que nossos governos negociem em termos multilaterais, poderemos pressioná-los para que a igualdade de gênero aconteça. Vimos resultados na América Latina e na última Conferência Regional de Mulheres, que aconteceu em novembro de 2022.

O grande objetivo, emblemático para o mundo inteiro, é o Comitê de Buenos Aires, que basicamente coloca todos esses aspectos do financiamento feminista para o desenvolvimento sustentável como um resultado intergovernamental. Isso só foi possível porque houve um espaço onde a sociedade civil, as organizações internacionais, o setor privado e os Estados-membros trabalharam juntos para garantir esse resultado muito importante.

”

RASHIMA KWATRA

Sou migrante, lésbica e uma ⁴ do Sul global. Sou descendente dos punjabis e nasci na Tailândia, sendo moldada pela resiliência dos que fugiram da maior migração forçada da história. Chego a este espaço não apenas com minhas identidades, mas com a responsabilidade das marginalidades que trago. Falo das interseccionalidades entre raça, gênero, queer e migração, em que sistemas de poder não são abstratos, mas vivem e negociam diariamente.

Estamos aqui para falar de empoderamento econômico, mas, comumente, esse termo é aberto a seu potencial radical. Ele se dirige a microcrédito ou programas de treinamento, sobre a inclusão em economias que nunca foram construídas por pessoas como eu ou como nós que estamos aqui nesta mesa. Para os que se encontram nas margens, mulheres negras, mulheres afrodescendentes, indígenas, migrantes, feministas, trans, o empoderamento econômico não pode estar separado da justiça econômica.

Essa justiça requer reconhecimento em relação ao poder, à propriedade, à redistribuição de renda e às reparações. Nossa ordem econômica global é construída em meio à fraude colonial, ao capitalismo racial e à extração patriarcal. Ela é sustentada através da militarização, desapropriação de terras e destruição climática; forças que deslocam e empobrecem as mulheres racializadas e as pessoas de gêneros diversos em maiores proporções.

Em distintas regiões, as mulheres geram riqueza, mas são impedidas de tomarem decisões, impedidas de terem propriedades, e de serem protegidas. Na Ásia, de onde venho, todas as nações estão atadas a ciclos de dívidas, forçadas a priorizar pagamentos de impostos sobre serviços públicos, porque a arquitetura financeira internacional é projetada para preservar o poder nas mãos de países e instituições enquanto torna o Sul global perpetuamente restrito.

Sou de uma região em as mulheres trans são criminalizadas, mulheres em suas diversidades de gênero são excluídas, as imigrantes são confinadas em trabalhos invisíveis e a nossa exclusão não é acidental, é estrutural e lucrativa.

Mesmo assim, assistimos também a um grande progresso. Em meu país, leis antidiscriminatórias protegem pessoas LGBTQIA+, abrindo portas para a educação, emprego e uma dignidade básica de sobrevivência. Essas políticas são essenciais para o empoderamento econômico. Neste sentido, devemos perguntar sobre o mito de empoderamento sem redistribuição. Inclusão em sistemas exploradores não é libertação.

4

Vide nota 3

As decisões financeiras devem ser transparentes, participativas e devem prestar contas aos mais impactados. Interseccionalidade não é uma palavra de risco. Quando políticas e orçamentos ignoram nossas realidades, quando silenciam sobre raça, gênero, sexualidade e imigração, estão desconsiderando as pessoas mais afetadas e as que estão sendo deixadas para trás.

Portanto, precisamos de sistemas que fortalecem plenamente quem somos, financiem nossos movimentos e nos transfiram o poder. E isso inclui espaços internacionais como este.

Sendo assim, quando falamos sobre empoderamento econômico, vamos falar sobre reparações, e não resiliência, sobre redistribuição e não caridade, sobre mudança estrutural e não inclusão simbólica, sobre soberania, sobre nosso trabalho, nossos corpos, nosso tempo e nossos territórios. Vamos clamar por liberdade, não somente para sobreviver, mas para viver com alegria, com dignidade em nossas comunidades.



JOSÉ GILBERTO SCANDIUCCI

Temos aqui uma combinação perfeita de governos, sociedade civil e organizações internacionais. Então temos que construir este tipo de coalizão se estamos, de fato, a fazer as coisas irem em frente. Estamos muito preocupados com alguns retrocessos nos últimos meses nessas discussões.

Deixe-me começar dizendo que é muito interessante dizer e ver que há essas perguntas colocadas aqui por Geledés nos últimos anos e outras associações civis sobre como fazer problemas de gênero conectados com finanças, com problemas econômicos. Isso é muito interessante.

Acredito que algumas pessoas aqui já me ouviram falar sobre isso, mas vou me repetir, não só porque tenho poucas ideias, mas porque acho que algumas coisas devem ser ditas de novo e de novo para serem entendidas. Isso é muito interessante, mas é bem novo nas negociações da ONU.

Quando a ONU foi criada, havia em seu preâmbulo uma espécie de não separação de três assuntos: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Estávamos acostumados a lidar com esses três assuntos de maneira que estivessem separados uns dos outros. Portanto, quando falamos de paz e segurança, falamos sobre paz e segurança, guerra e paz. E quando falo em direitos humanos, é só direitos humanos.

O desenvolvimento econômico é isolado dos direitos humanos, por exemplo. E nós nos atávamos a isso. O argumento para isso dos países desenvolvidos foi que se tentássemos trazer alguns dos temas de direitos humanos, alguns assuntos de gênero, ou mesmo sobre democracia, ou assuntos raciais para a mesa das negociações econômicas, isso seria uma contradição para os países desenvolvidos.

No segundo comitê das Nações Unidas, quando endereçamos o desenvolvimento, ou falamos do PNUD, devemos lidar com os fluxos financeiros do Norte para o Sul, uma vez que é isso o que mantém os países desenvolvidos unidos e o grupo de países do Sul global juntos. O que faremos com esse dinheiro é uma questão de soberania nacional.

Ou seja, se quisermos investir em políticas de gênero, somos livres para fazer isso. Se quisermos desenvolver algumas políticas financeiras de gênero, é claro que somos soberanos, portanto não nos digam o que fazer com nosso dinheiro, pois, afinal, o Norte gostaria de nos pressionar nessa agenda. Enfim, temos feito alguns progressos nisso. Embora entendamos que deveria haver uma soberania nacional, autonomia e propriedade em nossas políticas de desenvolvimento, há alguns assuntos que devem ser lidados no campo econômico, porque são assuntos econômicos que estão impedindo alguns grupos de se desenvolverem.

Portanto, não conseguiremos compreender os direitos humanos se não lidarmos com isso no campo econômico. Existe essa interconexão e devemos evoluir nesse campo e tentar quebrar esse silêncio, compreendendo as temáticas de gênero, de clima, de democracia, de raça, que são assuntos transversais e devem ser lidados em cada uma dessas mesas. E como iremos equilibrar tudo isso com a dignidade, é uma questão de tempo.

Esta é uma questão vibrante sobre segurança sobre a qual iremos encontrar seu equilíbrio no cotidiano. É melhor cometer alguns pequenos erros no futuro do que apenas barrar esse debate, não aceitando que esses assuntos possam ser endereçados nessa discussão sobre desenvolvimento. Essa temática esteve bastante presente nas negociações do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento.

Minha primeira tarefa no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, há 25 anos, quando iniciei minha carreira como diplomata, foi a negociação de Monterrey. Eu estava lá. Tive a sorte de estar em Monterrey como um jovem diplomata. Até Fidel Castro estava lá. E esse tipo de assunto não estava colocado à mesa de negociações, certo? Fizemos um grande progresso em Monterrey, especialmente em relação aos compromissos, mas não havia essa pressão da sociedade civil em relação às temáticas de gênero, raça ou até mesmo clima.

Lembro-me que a participação da sociedade civil foi muito pequena e bem menos evidente do que a de hoje. Os Estados negociavam em suas salas e falavam, ok, vamos falar com a sociedade civil sobre o que aconteceu e tínhamos cinco minutos para falar com ela. Agora é muito mais enriquecedor ver que há maior envolvimento nas negociações cotidianas, o que nos favorece, às vezes.

Às vezes também é difícil para nós, porque temos que explicar o quão complicadas são as negociações multilaterais. Não é possível assumir que se houver algumas orientações, elas constarão automaticamente na declaração final, como podemos entender, em alguns trechos temos de negociar, mas é muito bom ver que estão conosco nisso.

Gostaria de falar sobre algumas questões específicas de financiamento ligadas à terra. A questão da terra é incrível, principalmente sobre como deveriam ser desenvolvidas algumas políticas sobre a terra. Foi dito aqui que as mulheres são a maior força de trabalho nas áreas rurais. Isso é verdade. Calcula-se que apesar de a força de trabalho nas áreas rurais ser de 26,2% do total global, apenas 15% dos proprietários de terras no mundo são mulheres. E dizem que se as mulheres tivessem o mesmo acesso à terra do que os homens, haveria um aumento na produção de alimentos entre 20% a 30%, retirando talvez 150 milhões de pessoas da pobreza, da fome. Ou seja, é essa a interconexão que se faz.

Se quiserem ter suas políticas de direitos humanos implementadas, precisam lidar com as políticas econômicas, porque caso contrário, as políticas de direitos humanos não serão implementadas completamente. Ao mesmo tempo, se quiserem obter desenvolvimento econômico, é preciso implementar

políticas de direitos humanos, porque existe essa interconexão. A força de trabalho das mulheres é benéfica a todos, favorável ao PIB, ao consumo e, portanto, é preciso lidar com esses tipos de interações.

Gostaria também de falar sobre a economia de cuidado, um assunto fascinante. No mundo, 75% do trabalho de cuidado não remunerado é realizado por mulheres. No Brasil, há uma diferença de participação no mercado de trabalho de quase 20% entre homens e mulheres em razão do trabalho de cuidado. Por conta de todas essas políticas tradicionais, as mulheres estão em casa cuidando não apenas das crianças, mas também dos idosos em um trabalho não remunerado e que não é reconhecido.

No Brasil, acabamos de lançar um plano nacional para o trabalho de cuidado, e como representante do governo brasileiro, tenho que dizer que acredito que estamos tentando lidar com esses problemas. Temos esse plano de trabalho de cuidado, temos linhas de crédito para mulheres, que estão funcionando muito bem. Poderia mencionar alguns dados aqui, como por exemplo, no Brasil, é possível ter algumas condições favoráveis para as mulheres receberem crédito.

Às vezes, as mulheres não têm garantias, porque elas não possuem uma casa, ou não têm propriedades em seus nomes. Então, o governo poderia fazer políticas para superarmos isso.



CARL MURRELL

Estou em minha terceira década fazendo esse trabalho. Falamos aqui sobre grupos, financiamento, e tudo isso é válido. Mas o que estou refletindo é sobre o papel de cada um de nós. Falamos sobre esses grupos, mas eles são formados por indivíduos, muitos dos quais o mundo nem sabe que existem.

Todos estamos aqui por alguma razão e temos comunidades com as quais precisamos contribuir. Quando dizemos isso para algumas pessoas, elas nos respondem que podem contribuir. E não apenas podem, mas devem. Vou dar um exemplo.

Estava em um vilarejo em uma conversa em que falávamos sobre igualdade e cooperação em uma comunidade que envolve cada um de seus membros. Geralmente, os homens contribuem menos, e sabemos disso, mas eles não sabiam disso. Estávamos sentados na parte de fora de uma escola. Então alguém entrou, mostrou as lousas e disse: mulheres escrevam o que fazem em seu cotidiano e na outra lousa, homens, escrevam também o que fazem.

As mulheres escreveram tanto que ultrapassaram a borda do quadro, enquanto que os homens pediram mais de tempo para que pudessem pensar e escrever um pouco mais. E aí acharam dois ou três itens a mais. Ou seja, eles nunca haviam refletido sobre essa diferença.

E se tivéssemos ensinado a esses homens sobre isso, o que teriam feito? Mas ao se darem conta por si próprios naquela noite em que se encontraram, eles foram capazes de fazer mudanças. Eles construíram um lugar para suas mulheres, filhos, um centro de cuidados. Já vi muitas dessas coisas, e já vi muito dinheiro em vários tipos de organizações. Mas não vi mudanças, porque as pessoas que deveriam estar criando não são levadas a sério. Não podemos fazer coisas de cima para baixo. Temos que deixá-los tomarem as decisões sozinhos e, desta forma, podemos apoiá-los. Se eles não conseguirem tomar decisões sozinhos, aí sim precisamos ajudá-los a se tornarem capazes de fazer isso. Entendem o que quero dizer?

